

continuação



Gas de Alagoas S.A. - ALGÁS

CNPJ nº 69.983.484/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 02 de setembro de 1993, a **Gás de Alagoas S/A - ALGÁS** ("Companhia" ou "ALGÁS") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei nº 11.638/2007, de 14 de dezembro de 1992, tendo por objeto social a produção, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado. A companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 (cinquenta) anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o estado de Alagoas, conforme contrato de concessão firmado em 17 de setembro de 1993. **2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da companhia. Todas as informações financeiras em "Real" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativas nºs 3.d e 5 - Provisão para perda na realização do contrato a receber. • Notas explicativas nºs 11 - Determinação de vidas úteis do ativo intangível. A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, em 27 de fevereiro de 2024. **3. Resumo das principais práticas e políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros não derivativos:** i. Ativos financeiros não derivativos: A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos não reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são pensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha intenção de liquidar ou de realizar o líquido e passivo simultaneamente. A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros compostos, e os recebíveis decorrentes de qualquer perda por redução do valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das vendas e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras não incluem provisões para perda por redução do valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das vendas e os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras não incluem provisões para perda por redução do valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

k. CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) - Arrendamentos fornece a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. A companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas a época. Na data de início, a companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a companhia utilizou a taxa incremental para fins de adoção do CPC 06 (R2). Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração do passivo de arrendamentos são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamentos é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso. A companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor; utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência ao longo do prazo dos arrendamentos. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamentos, a companhia optou por evidenciar nas contas de imobilizado e outras contas a pagar, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos. **i. Tributação:** i. Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS pela alíquota de 1% e 1% de FCOEPE, com exceção das vendas de gás natural para as empresas enquadradas no Regime de Arranjos Produtivos Locais, nos termos do Decreto Estadual nº 2.264, de 24 de novembro de 2004, as quais são isentas de ICMS. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas brutas de vendas, conforme nota explicativa nº 21.1. Impostos e contribuições sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano, para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente devido sobre o lucro tributável do exercício são integralmente recolhidos por antecipação. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, conforme descrito anteriormente. A companhia possui redução de 75% do imposto de renda para o período de 10 (dez) anos compreendido entre 2019 e 2028, sobre o lucro da exploração, conforme Laudo Constitutivo nº 0135/2019 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. **m. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas a esses ativos ou passivos. **n. Demonstração do valor adicionado - DVA:** A demonstração do valor adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada, pela companhia, e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada pela companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo os termos contidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o segundo o resultado líquido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	1.233	904
Aplicações Financeiras	14.773	15.930
Total	15.712	16.834
As aplicações financeiras se referem substancialmente a fundos de renda fixa pós-fixados e a certificados de depósitos bancário - CDB, estes últimos remunerados à taxa de variação de 96% a 106% do certificado de depósito interbancário - CDI, sendo que ambos possuem liquidez imediata e não estão sujeitos a variações significativas de valor. Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo reconhecidos contabilmente pela taxa efetiva de juros. 5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas: As contas a receber estava assim composto:		
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	22.450	31.548
Partes relacionadas	489	395
Subtotal	22.939	31.943
(-) EPCLD	(1.109)	(1.065)
Total	21.830	30.878

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.722	28.217
Vencidos até 90 dias	2.535	1.199
Vencidos a mais de 90 dias	3.682	2.527
Total	22.939	31.943

6. Estoques: Os estoques estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Estoque de gás natural	191	227
Almoxarifado operacional	5.053	5.142
Adiantamentos a fornecedores	25	32
Materiais em poder de terceiros	689	721
Total	5.958	6.122

7. Tributos a recuperar: Os tributos a recuperar apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicação financeira	944	1.620
Antecipação de IRPJ	6.791	4.022
Antecipação de CSLL	2.108	940
IRPJ Diferido	239	-
CSLL Diferido	186	-
ICMS a compensar	19	188
PIS	35	-
COFINS	157	-
Total	10.547	6.770

8. Despesas antecipadas: Estavam representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a apropriar	110	35
Licenças de software a apropriar	709	181
Outros valores a apropriar	48	42
Total	867	258

9. Títulos e valores mobiliários: Refere-se a depósitos em contas vinculadas do Banco do Nordeste do Brasil de Garantia de Financiamento e de Reinvestimento - IRPJ/Sudene - correspondente a 30% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração. A este valor, acresce-se 50% de recursos próprios, provenientes de incentivo fiscal ao reinvestimento do imposto de renda. Os depósitos foram efetuados até 31 de dezembro de 2024, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.1iv. Como também, conta vinculada na Caixa Econômica Federal, onde está depositado o valor de R\$ 10.481, referente a conta de custódia de titularidade da companhia, para fazer face ao contrato de suprimento de gás natural, firmado entre a Algas e a Origem Energia (GSA) que prevê a existência da referida conta a ser utilizada em situações de controvérsia entre as partes, o montante depositado refere-se ao valor controverso de custo de transporte, que estava sendo objeto de discussão, em 2025 foi encerrado a controvérsia com a Origem Energia e o valor transferido para a supridora.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal	-	10.481
Banco do Nordeste do Brasil	3.025	6.627
Total	3.025	16.108

10. Imobilizado: A companhia adota o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento. O impacto nas contas do grupo ocorre principalmente com relação ao contrato de arrendamento da sede administrativa, e que estava assim apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não Circulante		
Imobilizado (direito de uso)	2.284	2.284
(-) Depreciação acumulada	(1.370)	(912)
Total do Ativo	914	1.370
Passivo Circulante (nota explicativa nº 17)		
Arrendamento a pagar (direito de uso)	575	575
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(78)	(123)
Passivo Não Circulante (nota explicativa nº 17)		
Arrendamento a pagar (direito de uso)	575	1.151
(-) Juros a transcorrer (direito de uso)	(28)	(106)
Total do Passivo	1.044	1.497

11. Intangível: O intangível está constituído basicamente por valores representativos do contrato de concessão - ICPC 01 (R1):

	31/12/2025	31/12/2024
Custo	160	160
Terrenos	3.598	3.500
Benefetórias em imóveis de terceiros	2.264	1.913
Móveis e utensílios	52	52
Veículos	287.109	258.193
Redes de distribuição	20.819	18.285
Equipamentos de informática e softwares	8	8
Outros	314.010	282.112
Materiais - intangível em formação (*)	8.758	4.224
Obras em andamento	2.114	2.079
Total	324.882	288.415

Amortização acumulada

	31/12/2025	31/12/2024
Amortização acumulada	(190.449)	(170.392)
Total	134.433	118.023

A movimentação do ativo intangível é assim demonstrada:

	Saldo Inicial	Adições	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	Taxa - %	
Custo								
Terrenos	160	-	160	-	160	-	-	
Benefetórias em imóveis de terceiros	3.500	98	3.598	10%	3.500	10%	a.a.	
Móveis e utensílios	1.913	35	2.264	10%	1.913	10%	a.a.	
Veículos	52	-	52	10%	52	10%	a.a.	
Redes de distribuição	258.193	29.043	127	287.109	10%	287.109	10%	a.a.
Equipamentos de informática e softwares	18.286	2.533	-	20.819	10%	20.819	10%	a.a.
Outros	8	-	8	-	8	-	-	
Total	282.112	32.025	127	314.010				
Materiais - intangível em formação (*) (**)	4.224	9.642	5.108	8.758				
Obras em andamento	2.079	35	2.114	-				
Total	288.415	41.702	5.235	324.882				

(*) A conta de materiais - intangível em formação - se refere aos investimentos realizados pela companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção. (**) As transferências se referem às movimentações dos materiais - intangível em formação - para obras em andamento, bem como o encerramento de obras em andamento para custo do ativo intangível em operação. **12. Fornecedores:** A companhia possui contrato de compra e venda de gás natural com os supridores, Origem Energia Alagoas S/A, Petróleo Brasileiro S/A e Transportadora Associada de Gás - TAG.

220.000 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2027 e 120.000 m³/dia de 01/01/2028 até 31/12/2028. (b) Os contratos celebrados com a Petróleo Brasileiro S/A ("Petrobras") estão estruturados na modalidade regime inflexível, para aquisição de gás natural no período de 2025 a 2032, com QDCs de: 25.000 m³/dia de 01/01/2025 até 30/09/2025; 17.200 m³/dia de 01/10/2025 até 31/12/2025; 34.400 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2026 e 50.000 m³/dia de 01/01/2027 até 31/12/2029 e 25.000 m³/dia 01/01/2030 até 31/12/2032. E para aquisição de gás natural no período de 2025 a 2034, com QDCs de: 100.000 m³/dia de 01/01/2025 até 30/09/2025; 68.800 m³/dia de 01/10/2025 até 31/12/2025; 51.600 m³/dia de 01/01/2026 até 31/12/2026 e 75.000 m³/dia de 01/01/2027 até 31/12/2028 e 50.000 m³/dia 01/01/2030 até 31/12/2034. (c) O contrato celebrado com a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), foi firmado com QDC de 120.000 m³/dia para o ano de 2025 e de 86.000 m³/dia para o ano de 2026. **13. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar:** Estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários de empregados a pagar	61	-
INSS a recolher	433	408
FGTS a recolher	152	144
Participação nos lucros	2.832	1.495
Férias	1.434	1.272
FGTS sobre férias	113	101
INSS sobre férias	390	338
Outros	53	54
Total	5.458	3.812

• O valor correspondente a Participação nos Lucros de 2024, foi provisionada conforme Decisão Liminar proferida em 20/12/2024, no Mandado de Segurança Coletiva 00030003-70.2024.5.19.0000. **14. Tributos a pagar:** Os tributos (impostos, taxas e contribuições) estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recolher	106	720
PIS a recolher	-	211
COFINS a recolher	-	976
IRRF a recolher	1.457	1.237
INSS retido a recolher	89	120
Outros	124	217
Total	1.776	3.481

15. Dividendos e JSCP a pagar: O saldo em 31 de dezembro de 2025 corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social da companhia, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, que foram ajustados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre o capital próprio a pagar	9.062	7.281
Dividendos declarados a pagar	-	1.272
Subtotal	9.062	8.553
(-) IRRF dos juros sobre capital próprio	(964)	(775)
Total	8.098	7.778

A Companhia, em conformidade com a Lei nº 9.430/1995 e com seu Estatuto Social, adota a sistemática de remuneração aos acionistas por meio do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP), calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) aplicável ao respectivo exercício social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram apurados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.062 mil (R\$ 7.281 mil em 2024), os quais foram reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício, em conformidade com a legislação fiscal vigente. O montante de JSCP apurado no exercício foi superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório previsto na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia, razão pela qual este foi integralmente atendido por meio da destinação dos referidos juros. Consequentemente, o valor correspondente foi provisionado nas demonstrações financeiras como juros sobre o capital próprio a pagar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, fica à disposição dos acionistas no patrimônio líquido, em conformidade com o ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 21.560 mil, a título de dividendos adicionais propostos, à disposição dos acionistas para deliberação quanto à sua destinação na Assembleia Geral Ordinária. O estatuto social da companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o cálculo do dividendo mínimo obrigatório é assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	34.200	40.883
(-) Reserva legal	-	(1.924)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(3.579)	(7.846)
Base de cálculo	30.621	31.113
(x) Percentual mínimo	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	7.655	7.778

16. Empreéstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste do Brasil - circulante	-	1.242
Total	-	1.242

A companhia contraiu junto ao Banco do Nordeste empréstimo no valor total de R\$ 40.865 mil, contrato assinado em 25 de março de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência, pagamentos de parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 28 de abril de 2017 e a última em 28 de março de 2023, sendo R\$ 12.430 mil a juros devidos a taxa efetiva de 7,06% a.a., e R\$ 28.435 mil a juros devidos a taxa efetiva de 8,24% a.a., valores lastreados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em 24 de maio de 2017 foi celebrado um aditamento (1º termo aditivo) ao referido contrato, estabelecendo o pagamento do saldo decorrente em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 28 de abril de 2018 e a última em 28 de março de 2025. Em 29 de abril de 2019 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato de financiamento no qual é substituído o item "Gasoduto Penedo Arapiraca - Tubulações - parcela 4 - R\$ 3.039 mil" pelo item "Fabricação e Fornecimento de Estação de Transferência de Custódia de Pilar e Estação de Regulação de Pressão e Medição Atalaia - Santa Luzia - R\$ 1.222 mil", alterando assim o valor total